



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo n°** 10954.000050/2004-11  
**Recurso n°** Voluntário  
**Acórdão n°** 3403-001.597 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 22 de maio de 2012  
**Matéria** RESSARCIMENTO - COFINS  
**Recorrente** DOW CORNING METAIS DO PARA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

Período de apuração: 01/07/2004 a 30/09/2004

COFINS - REGIME NÃO-CUMULATIVO - CRÉDITO RELATIVO AOS SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA

Geram direito a crédito da contribuição à Cofins, apurado nos termos da Lei 10.833/03, os serviços tomados de pessoas jurídicas para movimentação interna das matérias-primas.

RESSARCIMENTO. CONTRIBUIÇÃO AO PIS E COFINS APURADOS PELO REGIME DA NÃO-CUMULATIVIDADE. ACRÉSCIMO DA TAXA SELIC. VEDAÇÃO.

Especificamente no caso da COFINS e da contribuição ao PIS apurados pelo regime não-cumulativo, o ressarcimento de saldos credores admitido pelos artigos 5º, §§1º e 2º e 6º, §§1º e 2º das Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, não se sujeita à remuneração pela Taxa SELIC, em virtude de expressa vedação nesse sentido, contida no artigo 13 da Lei nº 10.833/03.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado em dar provimento parcial ao recurso nos seguintes termos: 1) por unanimidade de votos, reconheceu-se o direito de o contribuinte tomar o crédito relativo aos serviços de movimentação interna de matéria-prima durante o processo produtivo; 2) por maioria de votos, negou-se o direito à correção do ressarcimento da contribuição não cumulativa pela taxa Selic. Vencidos os Conselheiros Domingos de Sá Filho e Raquel Motta Brandão Minatel (Relatora). Designado o Conselheiro Marcos Tranchesi Ortiz. O Conselheiro Domingos de Sá Filho acompanhou a relatora pelas conclusões quanto à negativa do direito de apurar créditos sobre o material refratário, tijolo, massa de socar, Tape Hole e tubos de aço.

Antonio Carlos Atulim - Presidente

Raquel Motta Brandão Minatel – Relatora

Marcos Tranchesi Ortiz – Relator designado

Participaram do presente julgamento os Conselheiros, Antonio Carlos Atulim (Presidente), Rosaldo Trevisan, Raquel Motta Brandao Minatel, Marcos Tranchesi Ortiz, Domingos De Sa Filho e Liduina Maria Alves Macambira.

## Relatório

Trata-se de pedido de Ressarcimento de Crédito da COFINS Não-Cumulativa, formulado por DOW CORNING METAIS DO PARÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., relativos ao terceiro trimestre de 2004, no valor de R\$ 1.032.473,42, apresentado em 27/10/2004. Consta, ainda, dos autos Declarações de Compensações-Dcomp's eletrônicas vinculadas aos créditos em exame.

O pedido de ressarcimento foi analisado pela unidade da RFB de Marabá, PA, que expediu em 12 de fevereiro de 2010, Informações (fls. 126/141) e Despacho Decisório (fls. 144/145), os quais reconheceram apenas parcialmente o crédito reclamado pelo contribuinte, concedendo-lhe o valor de R\$ 896.258,71, sob os seguintes fundamentos, conforme ressaltado pela autoridade julgadora da manifestação de inconformidade:

“(…)

*Em consonância com o que foi exposto acima, apresenta-se a seguir a justificativa da glosa de cada produto que refletiu no saldo de Crédito da Cofins apurado no 3º trimestre-calendário de 2004, tendo em vista a realidade fática de aplicação e utilização de cada um, com fulcro nas informações do processo produtivo apresentadas pelo contribuinte, por meio do Laudo Técnico (fls. 48 a 50):*

*a) Concreto Refratário ou massa refratária e respectivo frete (Aluminsa): utilizado na tampa da panela, na estrutura lateral da panela, na bica e na proteção à coifa metálica que capta fumaça que sai na bica de corrida. Justificativa de glosa: esse material, quando é utilizado na tampa das panelas e na proteção à coifa metálica que capta fumaça na parte externa ao forno, não entra em contato físico com o silício metálico da produção.*

*b) Pasta de Revestimento a frio e a quente e respectivo frete: Enquadra-se no conceito de revestimento, conforme item anterior.*

*c) Tubo de Aço e respectivo frete: utilizado com insuflamento de O<sub>2</sub> para desobstrução dos furos de corrida nos fornos. Justificativa de glosa: não entra em contato direto com o silício metálico da produção.*

d) *Massa de Socar RAMFRAX 200R e respectivo frete: Utilizada no forno, por isso mantém as mesmas premissas para o concreto.*

e) *Tijolo e respectivo frete: É uma espécie de tijolo refratário. É utilizado na panela, na caçamba de contaminados e dentro do alto-forno.*

*Nas áreas internas ao forno (fora da região da bica), o Tijolo não entra em contato direto com o silício metálico da produção e demora de 5 a 20 anos para ser substituído. (...)*

(...)

*Percebemos que as atividades relacionadas na tabela fornecida (fls. 82 a 92) não se coadunam com o conceito de insumos na forma de serviços posto pela legislação, conforme esclarecem os parágrafos nº 27 a 33, desse parecer. Entretanto o crédito decorrente de serviço de extração de matéria prima e o de transporte de insumo será admitido e transferido para compor o valor relacionado aos bens utilizados como insumos, item anterior.*

*No mês de julho/2004 desconsideramos os serviços (...) discriminados como carregamento de carvão, conforme nota fiscal (...) emitida pela Goreth e Cia Ltda (...). Desconsideramos ainda os serviços de descarga de carvão vegetal, conforme nota fiscal (...) emitida pela J. Pereira Acrião e Cia. Ltda. (...). Finalmente, desconsideramos os serviços de movimentação interna, conforme notas fiscais nº267 e 045 (...), emitidas respectivamente por Scovan Serviços Gerais (...) e pela P.H. Transportes e Construções Ltda, (...) (fls. 88 a 89), já que estes serviços não apresentam relação direta com a produção, não se enquadram no conceito de serviço de insumo, assim como não são serviços de extração de matéria prima ou de transporte.*

*No mês de agosto/2004 desconsideramos os serviços, relacionados pela interessada em planilha (fls. 82 a 92), discriminados como empilhamento, corte, arrumação e carregamento de resíduos de serraria, conforme nota fiscal nº 162 (...), serviço de descarga de carvão nas baias de matéria prima, nota fiscal nº 164, (...), ambas emitidas pela J. Pereira Acrião e Cia. Ltda, (...) nos valores de R\$ 16.996,97 e R\$ 6.601,06 respectivamente (fls. 90 a 91). Finalmente desconsideramos os serviços de movimentação interna, conforme nota fiscal nº 048, de 23/08/2004, emitida pela P.H. Transportes e Construções Ltda, (...) no valor de R\$ 299.506,50 (fl. 92), já que estes serviços não apresentam relação direta com a produção, não se enquadra no conceito de serviço de insumo, assim como não são serviços de extração de matéria prima ou de transporte.*

*No mês de setembro/2004 desconsideramos os serviços, relacionados pela interessada em planilha (fls. 82 a 92), discriminados como empilhamento, corte, arrumação e carregamento de resíduos de serraria, conforme nota fiscal nº 169, (...) serviço de descarga de carvão nas baias de matéria*

*prima, nota fiscal nº 166 (...), ambas emitidas pela J. Pereira Acrião e Cia. Ltda, (...) no valor de R\$ 19.060,50 e R\$ 6.225,51 respectivamente (fls. 93 a 94). Finalmente desconsideramos os serviços de movimentação interna, conforme notas fiscais nº 298 e 051, de 29/09/2004 e 27/09/2004, emitidas respectivamente por Scovan Serviços Gerais, (...) e pela P.H. Transportes e Construções Ltda, (...) nos valores de R\$ 35.523,05 e de R\$ 299.506,50 respectivamente (fls. 118 e 119), já que estes serviços não apresentam relação direta com a produção, não se enquadra no conceito de serviço de insumo, assim como não são serviços de extração de matéria prima ou de transporte.*

*Ainda serão desconsiderados da relação em planilha (fls. 82 a 92) os valores referentes a aluguel dos meses de julho, agosto e setembro de 2004, pelos motivos idênticos aos mencionados no parágrafo anterior, observando que esses valores já estão postos pela interessada no Dacon, linha 05, ficha 06.*

(...)

*Em relação aos créditos da COFINS decorrentes das despesas e/ou custos incorridos no mês a título de energia elétrica, a Lei nº 10.833, de 2003 (...), dispõe (...).*

*Com base nas notas fiscais apresentadas pela interessada, ficou aparente a distorção entre os valores demonstrados no Dacon e os dos consignados nas notas (fls. 120 a 122), portanto, correção será efetuada no momento da elaboração para o cálculo dos créditos da Cofins, nesse relatório (fls. 123 a 125).*

(...)

*A inserção no Dacon, pela interessada, das despesas com juros de contrato de câmbio, para os meses de julho e agosto de 2004, segundo as relações de folhas 55 a 57, do cômputo dos créditos da Cofins, constituiu procedimento equivocado, tendo em vista não existe previsão legal para aproveitamento de crédito da Cofins sobre despesas com juros de contrato de câmbio.*

*Dessa maneira, os referidos dispêndios não se enquadram no conceito de crédito definido pela legislação tributária, por isso foram desconsiderados para o cálculo dos créditos da Cofins elaborados nesse relatório (fls. 123 a 125).*

(...)

*Como é cediço que, no caso, a pessoa jurídica efetuou, concomitantemente, no período de referência deste pedido, operações de vendas de produtos no mercado interno e de exportação de produtos para o exterior, é obrigatório, na apuração dos créditos a serem descontados, informar de forma segregada os custos vinculados às receitas de exportação. Para tanto, o contribuinte poderia ter utilizado um dos seguintes métodos de determinação dos créditos:*

*a) apropriação direta (...); ou*

*b) rateio proporcional.*

*Desta feita, por questões de simplificação utilizou-se neste trabalho o método do rateio proporcional como critério para determinação dos créditos da Cofins.*

*Em face do exposto, concluímos que, quando da protocolização deste processo, os montantes dos créditos da (...) Cofins, regime de tributação não-cumulativo, apurados neste trabalho fiscal (...), os quais a Interessada faz jus, correspondem a R\$ 896.258,71 (...)."*

Notificada do conteúdo do Despacho Decisório, a Recorrente apresentou Manifestação de Inconformidade (fls. 158/176), em que buscou a reconsideração da decisão e, portanto, revisão do valor concedido a título de Ressarcimento de Crédito da COFINS Não-Cumulativa, argumentando, conforme relato da decisão de primeira instância que:

*"a) No despacho decisório, a autoridade fiscal excluiu da base de cálculo utilizada para apropriação dos créditos alguns dos custos e despesas indicados pela contribuinte, gerando redução do valor pleiteado. Em síntese, o despacho decisório corroborou a maior parte dos dispêndios indicados pela contribuinte, discordando apenas de três hipóteses de apropriação: insumos para manutenção dos fornos industriais e panelas refratárias, serviços de movimentação interna dos insumos básicos, e serviços utilizados na extração, preparação, embalagem e movimentação de outros insumos utilizados na atividade.*

*b) Foram excluídos da base de cálculo: concreto refratário, pasta de revestimento, tubo de aço, massa de socar Ramfrax 200R e tijolo. Ocorre que, dentro da sistemática não-cumulativa das Contribuições ao PIS e COFINS verifica-se que, considerando as Contribuições incidem sobre todas as "Receitas" auferidas, em contrapartida há que se considerar como conceito de Insumo não apenas a matéria-prima consumida diretamente no processo produtivo, mas também os demais dispêndios envolvidos no referido processo de fabricação. Nesse sentido, é incontestável que os produtos utilizados na manutenção dos bens de produção, desconsiderados pela Autoridade Administrativa, são imprescindíveis à elaboração do produto final, conforme laudo técnico já trazido aos autos. Tanto o Forno Elétrico como as Panelas Refratárias, conforme descrição das atividades desenvolvidas pela Empresa, são o ponto convergente central do processo de fabricação do silício metálico e da sílica-fumê. Logicamente que a conservação de tais bens de produção, especialmente em razão do constante desgaste dos mesmos diante das altas temperaturas a que são submetidos, é parte indissociável do conceito de "processo industrial" desenvolvido pela Contribuinte. Cita Soluções de Consulta.*

*c) O desenvolvimento da atividade da Contribuinte demanda intensa movimentação de matérias-primas e insumos utilizados do processo produtivo. Para tais operações de movimentação interna de matérias-primas, insumos e equipamentos, dado o significativo volume a Contribuinte contrata terceiras empresas especializadas. A contratação de tais serviços de movimentação*

*interna é imprescindível e indissociável de todo o processo de produção. Nesse sentido, incontestável que os serviços ora desconsiderados caracterizam-se como “fatores de produção” da fabricação do silício metálico e da sílica-fumê, vez que estão presentes em quase todas as etapas da produção. Tal orientação encontra-se inclusive consolidada através de Respostas em Soluções de Consultas extraídas do Site da Secretaria da Receita Federal, das quais refere uma.*

*d) A autoridade fiscal, provavelmente por ausência de intimidade e conhecimento técnico do processo produtivo desenvolvido pela Contribuinte, também excluiu da base de cálculo dos créditos a contração de serviços diretamente relacionados à extração, preparação e embalagem de Insumos a serem utilizados no processo produtivo, como carregamento de carvão, descarga de carvão vegetal, empilhamento, corte, arrumação, carregamento de resíduos de serraria e serviço de descarga de carvão nas baias de matérias-primas. Considerando que a extração de tais materiais se dá em local (Área de Extração) diverso local em que estes são utilizados (Área Industrial dos Fornos Elétricos), os atos de extração e preparação de tais produtos (como o corte, carregamento, descarregamento, empilhamento e arrumação), estão diretamente ligados ao processo produtivo.*

*e) É necessária a reforma do despacho decisório na quantificação dos valores a ressarcir, mediante a aplicação da correção monetária dos valores a serem ressarcidos. Refere julgados administrativos.*

*f) Na eventual hipótese da Delegacia de Julgamento entender pela necessidade de verificação de demais dados para concluir pela liquidez e certeza do crédito, requer seja convertido o julgamento em diligência, a fim de que seja examinada a sua escrituração e documentação contábil e fiscal, para a confirmação da regularidade, suficiência e real quantificação do valor passível de apropriação.*

Em que pese toda essa argumentação, a autoridade fiscal julgou a Manifestação de Inconformidade improcedente, conforme se denota do acórdão n.º 01-22.267, proferido pela 3ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Belém-PA, de fls. 220/230.

Entendeu a referida turma que, apesar da notória relevância das decisões administrativas citadas na manifestação de inconformidade são relativas a terceiros, e não há que se falar que elas possuem eficácia normativa, já que não integram a legislação tributária de que tratam os arts. 96 e 100 do Código Tributário Nacional.

Ademais, não atendeu o pleito de conversão do julgamento em diligência, por entender que o pedido formulado não atendeu os requisitos previstos no art. 16, IV, do Decreto nº 70.235/1972.

Além disso, julgou improcedente o pedido de reconsideração do valor apurado como passível de Ressarcimento de Cofins, vez que considerou os itens glosados não correspondem a insumos, pois não seriam aplicados ou consumidos diretamente na produção ou fabricação de bens destinados à venda.

Por fim, entendeu pela não incidência de juros compensatórios no Ressarcimento ou Compensação da Cofins.

Cientificada do referido Acórdão em 06/09/2011, a Recorrente interpôs Recurso Voluntário em 03/10/2011 (fls. 233/251), no qual manifestou sua irrisignação com o teor da decisão proferida em primeira instância, que considerou ser passível de creditamento da Cofins apenas os bens aplicados diretamente na produção ou fabricação dos bens destinados à venda, é de entendimento extremamente restritivo e, no seu entender, contraria as atuais decisões desse CARF.

Isto posto, passou a discorrer sobre sua atividade, com o fito de demonstrar que os itens glosados pelo agente fiscalizador e mantidas pela decisão da DRJ, integram seu processo produtivo e, por isso, seriam passíveis de creditamento.

A Recorrente elencou os itens glosados, que no seu entendimento são utilizados na manutenção dos bens de produção (fornos industriais, panelas refratárias e casas de filtro) e atribuiu-lhes sua destinação específica no processo produtivo, elucidando que:

- 1) **Concreto refratário:** Utilizados como um dos revestimentos refratários das Panelas refratárias e das bicas de vazamento dos fornos. Tem como objetivo reter calor do metal líquido dentro da panela e das bicas, para aumentar a vida útil das mesmas. Com o tempo parte dos refratários são arrastados ou eruditos pelo metal líquido.
- 2) **Pasta de Revestimento:** Também é dos revestimentos refratários das Panelas e Bicas, com a diferença que pasta de revestimento tem contato direto com o metal líquido, ou seja, é o material que apresenta o maior desgaste em contato com o metal líquido.
- 3) **Tubos de Aço:** Utilizado para abrir as bicas de vazamento com injeção de oxigênio. Parte do tubo acaba derretendo e se incorporando ao metal líquido quando utilizado para desobstruir a bica.
- 4) **Massa de Socar RAMFRAX 200R:** Utilizada no forno como revestimento. Se danifica com o passar do tempo em razão da alta temperatura.
- 5) **Tijolo:** Utilizado para recomposição da parte interna das Panelas Refratárias.

Arrematando que tais itens são partes indissociáveis do seu processo industrial. Para corroborar o seu entendimento, citou soluções de consulta de terceiros, que garantiram o direito a crédito de PIS e Cofins de aquisição de partes e peças de reposição com serviços de manutenção de equipamentos empregados diretamente na produção.

Além disso, a Recorrente em seu arrojado se insurgiu contra a parte do Acórdão que manteve a glosa dos serviços contratados de pessoas jurídicas empregados na movimentação interna de insumos utilizados na fabricação do silício-metálico e da Sílica-Fumê, a saber:

- 1) **Carregamento de carvão;**
- 2) **Descarga de carvão vegetal;**
- 3) **Empilhamento;**
- 4) **Corte;**
- 5) **Arrumação;**

- 6) *Carregamento de resíduos da serraria;*
- 7) *Serviço de descarga de carvão vegetal nas baias de matérias-primas.*

Elucidou a Recorrente que o desenvolvimento de sua atividade demanda intensa movimentação de matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo, ressaltando que todos os insumos, seja o minério de quartzo, o carvão mineral, o cavaco, o material lenhoso, os tijolos, a argamassa ou os tubos são materiais de enorme volume, que demandam perene movimentação durante o processo de transformação dos produtos.

Ressaltou, ainda, que o transporte pós-produção da Sílica-Fumê e do Silício Metálico, seja para filtragem ou para acondicionamento, também são constantes e em imensa quantidade, o que, para ela, demonstra o quanto tais atividades caracterizam-se como “fator de produção” da fabricação do Silício Metálico e da Sílica-Fumê. Citou soluções de consulta.

Por fim, pleiteou a correção do crédito solicitado por meio do pedido de ressarcimento, uma vez que protocolizado há mais de 05 (cinco) anos. Para tanto, invocou o artigo 39 da Lei 9.250/96 e colacionou jurisprudência do Conselho para reforçar seu argumento acerca da possibilidade de correção monetária dos ressarcimentos pela taxa SELIC.

Requeru, em conclusão, a reforma integral do acórdão proferido pela 3ª Turma da DJR de Belém/PA, para que seja reconhecido seu direito creditório e compensações, a correção monetária pela taxa SELIC, ou, se necessário, a conversão do julgamento em diligência para novo exame de sua escrituração e documentação contábil e fiscal. Ademais, clamou pela suspensão da exigibilidade dos tributos compensados com os créditos discutidos, com base no artigo 74, § 11, da Lei 9.430/06, cumulado com o artigo 151, inciso III, do CTN.

Em síntese, é o relatório.

## **Voto Vencido**

Conselheira Raquel Motta Brandão Minatel, Relatora.

Admissibilidade

O recurso merece conhecimento, posto que preenche os requisitos de tempestividade e legitimidade.

### ***Crédito de bens utilizados na manutenção***

Primeiramente cumpre analisar as alegações da Recorrente no tocante à glosa dos itens que, segundo seu relato, seriam utilizados na manutenção e conservação dos bens de produção (fornos industriais, panelas refratárias e casas de filtro), a saber:

1. *Concreto refratário*
2. *Pasta de Revestimento*
3. *Tubos de Aço*
4. *Massa de Socar RAMFRAX 200R*
5. *Tijolo*

Segundo relato da Recorrente todos esses materiais seriam empregados nos fornos e panelas destinados à produção do Silício na forma líquida.

Ainda durante a fase de análise dos créditos pela DRF-Belém, o contribuinte apresentou laudo técnico (fls. 48/50) que descreve as matérias-primas e insumos diretamente ligados à sua produção como sendo: (i) quartzo; (ii) carvão, (iii) cavaco, (iv) energia, (v) eletrodo.

O referido laudo também descreve detalhadamente o processo de produção do “Silício Metálico”, e aponta que para a produção do “silício líquido” são necessários fornos e panelas refratárias, conforme se pode verificar do seguinte trecho:

*“O silício líquido junto com as impurezas, normalmente presentes nas matérias primas, é vazado continuamente através de bicas, localizadas na parte inferior dos fornos, em panelas refratárias...”*

(grifos acrescidos)

Contudo, referido laudo não aponta se os itens ora explicitados pela Recorrente como sendo de manutenção das panelas e dos fornos (concreto refratário, pasta de revestimento, tubos de aço, massa de socar e tijolo), realmente se desgastam ou danificam com a utilização, e em quanto tempo isso ocorre, e também e se tais bens se incorporam, ou não, ao ativo imobilizado.

A Recorrente alega ainda que tais itens seriam utilizados na manutenção dos bens de produção, e para corroborar que tais itens geram direito a crédito, colaciona soluções de consulta que garantem o crédito de PIS e COFINS em relação às despesas de manutenção de máquinas e equipamento. Porém, as próprias soluções de consulta trazidas pela Recorrente apontam que tais partes e peças de manutenção ensejam direito a crédito desde que não estejam incluídas no ativo imobilizado, já que nesse caso a forma de aproveitamento do crédito se daria via amortização.

No tocante a esse tópico em discussão, o Acórdão recorrido concluiu que não podem ser descontados créditos relativos a bens utilizados na manutenção de máquinas e peças, pois a *“ação direta sobre o produto em fabricação é feita pela máquina e não pelas peças utilizadas em sua manutenção, não podendo tais peças serem (sic) consideradas insumos”*.

Assim, apesar de entender diferentemente do que foi decidido no Acórdão recorrido, pois a meu ver o conceito de insumo para o PIS e para a COFINS não é o mesmo que o do IPI, já que para o PIS e para a COFINS se exige a análise sobre a forma da **utilização** do “insumo” em cada caso, de maneira individualizada, valorizando-se o exame do processo de **aplicação** dos “bens e serviços”, para se identificar em que etapa, e de que forma, os mesmos são **utilizados**, não significando dizer que o “bem ou serviço” deve se qualificar como “insumo”, mas que seja **utilizado** como tal. Entendo também, no presente caso, que o contribuinte não logrou comprovar que os referidos itens se enquadram também nesse conceito mais amplo de insumo.

Assim, como em matéria de ressarcimento a prova deve ser produzida pelo contribuinte, entendo que faltou a Recorrente comprovar, seja por meio da contabilidade, ou por meio de laudo, se os itens apontados se enquadrariam como custo de produção; ou como despesa operacional; ou ainda, se integraram ou não o imobilizado; ou se integram o custo de alguma máquina ou bem; ou ainda se se desgastam durante o processo produtivo, e em caso afirmativo em quanto tempo isso ocorre.

Desta forma, pela falta de provas para determinar a natureza dos itens elencados pela Recorrente (concreto refratário, pasta de revestimento, tubos de aço, massa de socar e tijolo), voto por negar provimento ao recurso no tocante aos créditos de: 1) concreto refratário, 2) pasta de revestimento, 3) tubos de aço, 4) massa de socar e, 5) tijolo.

***Crédito sobre serviços contratados de pessoas jurídicas empregados na movimentação interna de insumos***

A Recorrente se insurge, também, contra a parte do Acórdão que manteve a glosa dos serviços contratados de pessoas jurídicas e que são empregados na movimentação interna de insumos utilizados na fabricação do silício-metálico e da Sílica-Fumê, a saber:

- 1) Carregamento de carvão;
- 2) Descarga de carvão vegetal;
- 3) Empilhamento;
- 4) Corte;
- 5) Arrumação;
- 6) Carregamento de resíduos da serraria;
- 7) Serviço de descarga de carvão vegetal nas baias de matérias-primas.

A Recorrente alega que o desenvolvimento de sua atividade demanda intensa movimentação de matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo, ressaltando que todos os insumos, seja o minério de quartzo, o carvão mineral, o cavaco, o material lenhoso, os tijolos, a argamassa ou os tubos são materiais de enorme volume, que demandam perene movimentação durante o processo de transformação dos produtos.

Ressaltou, ainda, que o transporte pós-produção da Sílica-Fumê e do Silício Metálico, seja para filtragem ou para acondicionamento, também são constantes, e em imensa quantidade, o que, para ela, demonstra o quanto tais atividades caracterizam-se como “fator de produção” da fabricação do Silício Metálico e da Sílica-Fumê.

Para comprovar essas alegações, foram juntadas diversas notas fiscais (fls. 109/118) das empresas que prestaram serviços de: (i) carregamento de carvão, (ii) descarga de carvão, (iii) movimentação interna (iv) empilhamento, corte e arrumação de serraria.

Nos termos do inciso II do artigo 3º das Leis 10.637/02 e 10.833/03, poderão ser descontados créditos em relação a:

***II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI; (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)***

Posteriormente vieram as Instruções Normativas SRF 246/02, com a redação dada pela IS SRF 358/03, e a 404/04, para melhor esclarecer a ideia de “insumo”, como se pode verificar dos seguintes dispositivos a seguir transcritos:

***IN SRF 247/02 (com redação dada pela IN SRF 358/03)***

***Art. 66. A pessoa jurídica que apura o PIS/Pasep não-cumulativo com a alíquota prevista no art. 60 pode descontar créditos, determinados mediante a aplicação da mesma alíquota, sobre os valores:***

*I– das aquisições efetuadas no mês:*

*a) de bens para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos nos incisos III e IV do art. 19;*

*b) de bens e serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes, utilizados como insumos: (Redação dada pela IN SRF 358, de 09/09/2003)*

*b.1) na fabricação de produtos destinados à venda; ou (Incluída pela IN SRF 358, de 09/09/2003)*

*b.2) na prestação de serviços; (Incluída pela IN SRF 358, de 09/09/2003)*

#### **IN SRF 404/04**

*§ 4º Para os efeitos da alínea "b" do inciso I do caput, entende-se como insumos:*

*I - utilizados na fabricação ou produção de bens destinados à venda:*

*a) a matéria-prima, o produto intermediário, o material de embalagem e quaisquer outros bens que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação, desde que não estejam incluídas no ativo imobilizado;*

*b) os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na produção ou fabricação do produto;*  
(grifos acrescidos)

Assim, como o laudo técnico (fls. 48/50) aponta que o carvão e o cavaco são insumos na fabricação de bens ou produtos destinados à venda, assim como o quartzo e o minério, é natural que os serviços utilizados na movimentação desses insumos também devem gerar direito a crédito, nos exatos termos dos dispositivos legais transcritos.

Nesse sentido já existem soluções de consulta da própria Administração Federal:

#### **SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 256 de 24 de Julho de 2007**

*ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins*

*EMENTA: SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE INSUMOS. SERVIÇOS DE EMBALAGEM DE PRODUTOS FINAIS. POSSIBILIDADE DE CRÉDITO. Os serviços de inspeção física e de movimentação de insumos de produção e os serviços relativos à embalagem dos produtos finais em subconjuntos ("kits") são considerados insumos para a fabricação de bens destinados à venda, para fins de creditamento na sistemática não-cumulativa. Todavia os serviços de movimentação de produtos finais para o depósito e para o carregamento não são considerados insumos e não podem ser descontados como crédito.*



*“PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IPI. PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE. EXERCÍCIO DO DIREITO DE CRÉDITO POSTERGADO PELO FISCO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE CRÉDITO ESCRITURAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA.*

*1. A correção monetária não incide sobre os créditos de IPI decorrentes do princípio constitucional da não-cumulatividade (créditos escriturais), por ausência de previsão legal.*

*2. A oposição constante de ato estatal, administrativo ou normativo, impedindo a utilização do direito de crédito oriundo da aplicação do princípio da não-cumulatividade, descaracteriza referido crédito como escritural, assim considerado aquele oportunamente lançado pelo contribuinte em sua escrita contábil.*

*3. Destarte, a vedação legal ao aproveitamento do crédito impele o contribuinte a socorrer-se do Judiciário, circunstância que acarreta demora no reconhecimento do direito pleiteado, dada a tramitação normal dos feitos judiciais.*

*4. Conseqüentemente, ocorrendo a vedação ao aproveitamento desses créditos, com o conseqüente ingresso no Judiciário, posterga-se o reconhecimento do direito pleiteado, exsurgindo legítima a necessidade de atualizá-los monetariamente, sob pena de enriquecimento sem causa do Fisco (...).*

*5. Recurso especial da Fazenda Nacional desprovido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.” (grifos acrescidos)*

É bem verdade que a decisão proferida pelo STJ refere-se ao IPI, contudo os seus fundamentos são perfeitamente aplicáveis aos ressarcimentos de PIS e COFINS não-cumulativo, posto que a eles se aplicam os mesmos princípios contidos na citada decisão, quais sejam: a oposição constante de ato estatal, administrativo ou normativo, impedindo a utilização do direito de crédito oriundo da aplicação do princípio da não-cumulatividade, descaracteriza referido crédito como escritural, e igualmente havendo essa oposição posterga-se o reconhecimento do direito creditório, nascendo, da mesma forma, a obrigatoriedade de atualizá-lo sob pena de enriquecimento sem causa do Fisco.

Também entendo que não há que se falar em vedação expressa à atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS em suas respectivas legislações, mais precisamente no artigo 13, da Lei nº 10.833/03 (COFINS), aplicável também ao PIS por força do artigo 15, inciso VI da mesma Lei, *verbis*:

*Art. 13. O aproveitamento de crédito na forma do § 4º do art. 3º, do art. 4º e dos §§ 1º e 2º do art. 6º, bem como do § 2º e inciso II do § 4º e § 5º do art. 12, não ensejará atualização monetária.*

Ocorre que todos os dispositivos citados nesse artigo 13 se referem à forma de apuração e aproveitamento dos créditos escriturais, que de fato não dão ensejo à atualização monetária. Porém, uma vez que tais créditos não venham a ser aproveitados na escrituração da

pessoa jurídica, e por consequência venham a ser objeto de pedido de ressarcimento, e este sofra qualquer oposição por ato estatal, caberá atualização do ressarcimento sob os mesmos fundamentos externados pelo Superior Tribunal de Justiça no Resp n. 1.035.847/RS.

O próprio STJ já estendeu o entendimento do citado Recurso Especial aos ressarcimentos de PIS e de COFINS, conforme se pode verificar do julgamento do REsp 1.268.980/SC, cujo trecho da ementa aqui se transcreve:

...

*4. Embora o REsp paradigma 1.035.847/RS trate de crédito escritural de IPI, o entendimento nele proferido alberga o reconhecimento de que não incide correção monetária sobre os créditos escriturais em geral, salvo se o seu ressarcimento, compensação ou aproveitamento é obstado por resistência ilegítima do Fisco.*

*5. O termo inicial para a incidência da correção monetária é o do protocolo dos pedidos administrativos cuja fruição foi indevidamente obstada pelo Fisco....*

*(grifos acrescidos)*

Assim, como no caso em tela houve oposição estatal administrativa, indeferimento parcial do crédito pelo Fisco, voto por conceder a atualização pela taxa SELIC aos pedidos de ressarcimento da data do seu protocolo até a data da efetiva extinção do crédito, seja pelo efetivo ressarcimento (pagamento), seja pela compensação. Melhor elucidando, como no presente caso a Recorrente já vinculou, no ano de 2006, diversas declarações de compensação ao Pedido de Ressarcimento apresentado no ano de 2004, não há que se falar em mora da administração, nem em atualização do crédito pela SELIC até a data do efetivo ressarcimento, mas sim até as datas dos protocolos das declarações de compensação.

Por todo o exposto, voto por dar provimento parcial a recurso voluntário para:

- 1) negar provimento no tocante aos créditos pleiteados relativamente a: concreto refratário, pasta de revestimento, tubos de aço, massa de socar e tijolo;
- 2) dar provimento no tocante aos créditos relativos aos serviços tomados de pessoas jurídicas para movimentação interna das matérias primas;
- 3) Dar provimento para atualizar pela taxa SELIC o crédito pleiteado via Pedido de Ressarcimento, da data do protocolo do pedido até a data das declarações de compensação a ele vinculadas.

Raquel Motta Brandão Minatel

## Voto Vencedor

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

**Conselheiro Marcos Tranchesí Ortiz:**

Autenticado digitalmente em 29/11/2012 por RAQUEL MOTTA BRANDAO MINATEL, Assinado digitalmente em 29/11/2012 por RAQUEL MOTTA BRANDAO MINATEL, Assinado digitalmente em 30/11/2012 por ANTONIO CARLOS ATULIM, Assinado digitalmente em 05/12/2012 por MARCOS TRANCHESI ORTIZ  
Impresso em 14/12/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Embora bem articuladas as razões da relatora, Conselheira Raquel Motta Brandão Minatel, delas ouso divergir quanto a um único capítulo do seu voto, qual seja, aquele concernente à aplicação de remuneração, pela Taxa SELIC, aos créditos de PIS e COFINS apurados pelo regime da não-cumulatividade e pretendidos em ressarcimento.

Refiro-me, neste particular, à regra contida no artigo 13, da Lei nº 10.833/03, aplicável também à contribuição ao PIS por imposição do artigo 15, inciso VI da mesma lei. Eis o dispositivo:

*“Art. 13. O aproveitamento de crédito na forma do § 4º do art. 3º, do art. 4º e dos §§ 1º e 2º do art. 6º, bem como do § 2º e inciso II do § 4º e § 5º do art. 12, não ensejará atualização monetária ou incidência de juros sobre os respectivos valores”.*

Chama-me à atenção, na dicção do enunciado, a expressa menção aos §§ 1º e 2º do artigo 6º do próprio diploma, a significar que a restrição ao acréscimo de juros e correção monetária se estende, inclusive, em caso de aproveitamento dos créditos por meio de ressarcimento e compensação e durante o prazo de tramitação destes feitos.

Daí porque, a meu sentir, não há como assegurar semelhante pretensão ao contribuinte postulante sem incorrer em inobservância do preceito em exame.

Penso, inclusive, que a orientação firmada pelo E. STJ ao ensejo do julgamento do recurso especial nº 1.035.847 não induza à conclusão diversa, mesmo se considerarmos o quanto dispõe o artigo 62-A do RICARF e que o julgado em questão foi produzido sob o rito do artigo 543-C do CPC. Veja-se:

*“PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA.*

*ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IPI. PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE. EXERCÍCIO DO DIREITO DE CRÉDITO POSTERGADO PELO*

*FISCO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE CRÉDITO ESCRITURAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA.*

*1. A correção monetária não incide sobre os créditos de IPI decorrentes do princípio constitucional da não-cumulatividade (créditos escriturais), por ausência de previsão legal.*

*2. A oposição constante de ato estatal, administrativo ou normativo, impedindo a utilização do direito de crédito oriundo da aplicação do princípio da não-cumulatividade, descaracteriza referido crédito como escritural, assim considerado aquele oportunamente lançado pelo contribuinte em sua escrita contábil.*

*3. Destarte, a vedação legal ao aproveitamento do crédito impele o contribuinte a socorrer-se do Judiciário, circunstância que acarreta demora no reconhecimento do direito pleiteado, dada a tramitação normal dos feitos judiciais.*

*4. Consectariamente, ocorrendo a vedação ao aproveitamento desses créditos, com o conseqüente ingresso no Judiciário, posterga-se o reconhecimento do direito pleiteado, exurgindo legítima a necessidade de atualizá-los monetariamente, sob pena de enriquecimento sem causa do Fisco (...).*

*5. Recurso especial da Fazenda Nacional desprovido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.”*

Como se vê, a hipótese levada a julgamento no precedente em questão respeitava ao ressarcimento de créditos de IPI, tributo de cuja legislação não consta preceito que, tal qual o artigo 13 da Lei nº 10.833/03, vede expressamente o acréscimo de juros ou correção monetária ao principal.

Digo isso para concluir que, ante circunstâncias normativas diversas, uma em que a legislação silencie sobre o direito à remuneração dos saldos credores pleiteados e a outra em que vigore expressa vedação a respeito, diversas também podem ser as soluções exegéticas possíveis.

Daí porque, a meu sentir, em se tratando especificamente de ressarcimentos em matéria de PIS e COFINS não-cumulativos, é incabível a aplicação de correção monetária e de juros ao respectivo principal, a despeito da orientação dominante no E. STJ quanto a pedido análogo formulado em relação ao IPI.

Isso posto, nego, nesta parte, provimento ao recurso.